

ABORDAGEM DA QUESTÃO AGRÁRIA NO DEBATE DA AGRICULTURA CAMPONESA

Brendon Bessa Lima ¹

Paola Santos da Paz ²

Tereza Sandra Loiola Vasconcelos ³

Luiz Cruz Lima ⁴

RESUMO

Historicamente, a agricultura camponesa tem uma importância significativa para o desenvolvimento da sociedade, através, principalmente, da produção de alimentos. No Brasil, a realidade hegemônica estava e está ligada à agricultura agroexportadora, porém, mesmo diante desse cenário, a pequena propriedade, produtora de alimentos, também teve importância para a economia. O objetivo do trabalho é refletir sobre a questão agrária no debate da agricultura camponesa, fazendo articulações com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Para isso, dialogamos acerca de algumas teorias desenvolvidas sobre o campesinato e seus encadeamentos. Para a construção do presente trabalho, realizamos levantamento bibliográfico e visita institucional ao Setor de Educação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no estado do Ceará. Durante o desenvolvimento do trabalho foi possível melhor compreender a existência de teorias que desenvolvem a ideia de desagregação do campesinato (LENIN, 1985; KAUTSKY, 1980). Ainda sobre essas discussões, há autores que defendem a ideia de recampesinização, perdurando pela existência histórica (CHAYANOV, 1974; SHANIN, 1983). Compreende-se que, a partir da realidade brasileira, tendo como principal exemplo o MST, o campesinato não desapareceu, haja visto que ainda possui relevância na realidade. Assim, como considerações finais, entendemos que o papel do MST no território brasileiro se faz essencial perante a importância e a necessidade da agricultura camponesa, da produção de alimentos saudáveis e de uma Educação do Campo, que resiste e colabora com o processo de recampesinização.

Palavras-chave: MST, Recampesinização, Questão Agrária, Educação do Campo.

RESUMEN

Historicamente, la agricultura campesina ha tenido gran importancia para el desarrollo de la sociedad, principalmente a través de la producción de alimentos. En Brasil, la realidad hegemónica estuvo y está ligada a la agricultura agroexportadora, sin embargo, incluso en este escenario, las pequeñas propiedades productoras de alimentos también fueron importantes para la economía. El objetivo del trabajo es reflexionar sobre la cuestión agraria en el debate sobre la agricultura campesina, haciendo conexiones con el Movimiento de Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST). Para ello, analizamos algunas teorías desarrolladas sobre el campesinado y sus vínculos. Para construir este trabajo, realizamos un levantamiento bibliográfico y visita institucional al Sector de Educación del Movimiento de Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST), en el estado de Ceará. Durante el desarrollo del trabajo se logró comprender mejor la existencia de teorías que desarrollan la idea de desagregación del campesinado (LENIN, 1985; KAUTSKY, 1980). Aún en estas discusiones, hay autores que defienden la idea de una recampesinización, perdurable a lo largo de la existencia histórica (CHAYANOV, 1974; SHANIN, 1983). Se comprende que, a partir de la realidad brasileña, con el MST como

¹ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Geografia (ProPGeo) da Universidade Estadual do Ceará (UECE), brendon.bessa@aluno.uece.br;

² Licencianda em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), paola.santos@aluno.uece.br;

³ Professora dos Cursos de Geografia da Universidade Estadual do Ceará (UECE), tereza.vasconcelos@uece.br;

⁴ Professor Emérito e Titular da Universidade Estadual do Ceará (UECE), l.cruzlima@uol.com.br.

principal exemplo, el campesinado no ha desaparecido, dado que todavía tiene relevancia en la realidad. Así, como consideraciones finales, entendemos que el papel del MST en el territorio brasileño es esencial dada la importancia y necesidad de la agricultura campesina, la producción de alimentos saludables y la Educación del campo, que resiste y colabora con el proceso de recampesinización.

Palabras clave: MST, Recampesinización, Questión Agraria, Educación del Campo.

INTRODUÇÃO

Historicamente, a agricultura camponesa tem uma importância significativa para o desenvolvimento da sociedade, através, principalmente, da produção de alimentos. Com o passar dos anos, as relações que envolvem os sujeitos passaram por mudanças, que, dentre outras questões históricas, referem-se aos seguintes momentos, a exemplo: a vassalagem dos camponeses da Idade Média, no contexto da Europa e na utilização de mão-de-obra escravizada nas chamadas *plantation* nos territórios do Brasil Colônia e da América Espanhola (VELHO, 2009).

No Brasil, a realidade hegemônica estava e está ligada à agricultura agroexportadora, porém mesmo diante desse cenário, a pequena propriedade, produtora de alimentos, também teve importância para a economia. Dessa forma, na Divisão Internacional do Trabalho (DIT), o papel do Brasil, enquanto país da periferia do sistema capitalista de produção, possui suas grandes propriedades agrícolas submetidas e concentradas ao abastecimento do mercado internacional, enquanto a pequena propriedade se baseava no fornecimento de alimentos para abastecimento do mercado interno brasileiro.

O objetivo do trabalho é refletir sobre a questão agrária no debate da agricultura camponesa, fazendo articulações com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Para isso, dialogamos acerca de algumas teorias desenvolvidas sobre o campesinato e seus encadeamentos.

METODOLOGIA

Para a construção do presente trabalho, realizamos levantamento bibliográfico que seguiu o critério de análise por eixos, sendo estes: a) “desagregação do campesinato” (LENIN, 1985; KAUTSKY, 1980); b) “recampesinização” (CHAYANOV, 1974; SHANIN, 1983). Outro procedimento metodológico, a visita institucional foi realizada ao Setor de Educação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no estado do Ceará.

Ocorreu no mês de fevereiro, do ano de 2023, no Centro de Formação, Capacitação e Pesquisa Frei Humberto, no município de Fortaleza, estado do Ceará. Na ocasião foi realizada entrevista com dirigentes do Setor de Educação do MST no estado do Ceará. A escolha por esse

setor em específico, se dá pela ligação com a temática estudada na pesquisa de Mestrado que versa sobre Educação Geográfica e Educação do Campo. A entrevista teve como objetivos: entender a visão do Setor diante da realidade atual, os desafios, bem como compreender a organicidade presente no MST.

Nesse sentido, o presente artigo está dividido nas seguintes seções: Introdução; Metodologia; Reflexões sobre o “desaparecimento” do campesinato; A “recampesinização” e a agricultura camponesa e Considerações finais.

REFLEXÕES SOBRE O “DESAPARECIMENTO” DO CAMPESINATO

Compreende-se a importância em considerar as diferenças socioterritoriais com o contexto encontrado na América Latina, sobretudo no Brasil. O campesinato, ao longo da história, objetivou o processo de reconstrução da força camponesa. Ou seja, o campesinato do século passado não pode mais ser encontrado no século XXI, nem por semelhanças.

A partir do estudo da realidade atual, na ótica da formação socioespacial brasileira e suas reestruturações⁵, fica compreensível que o campesinato brasileiro conseguiu se reproduzir perante ao avanço da economia capitalista. Isso se dá mediante uma série de estratégias elencadas e elaboradas pelos movimentos socioterritoriais ao longo das décadas.

De maneira geral, no que concerne aos estudos acerca do campesinato, há, pelo menos, 02 (duas) grandes ideias: a que acredita que mediante as transformações da sociedade mundial o campesinato viria a desaparecer e/ou desagregar-se, e a julga que mesmo, diante de todas as mudanças, o campesinato criaria formas de reprodução e se recriaria através de estratégias.

Diante do contexto europeu, sobretudo na Rússia e na Alemanha, Lenin (1985) e Kautsky (1980), respectivamente, formularam pensamentos e teorias acerca das perspectivas que a classe camponesa viria a ter. Esses autores compreendiam que a produção camponesa estava vinculada à economia capitalista e sujeita às leis e ações do sistema.

Ao longo de sua obra, Lenin (1985) trabalha com um estudo sobre a situação do campesinato russo e sua tese sobre a desintegração deste. Então, para fundamentar suas ideias, utilizou-se de dados estatísticos que corroborassem com o pensamento. Para isso, procurou relacionar elementos que envolvessem o fazer diário do camponês.

Sobre o modo em que ocorreria a desintegração do campesinato russo, Lenin (1985, p. 115) assim compreende a ideia da diferenciação:

⁵ Conceito desenvolvido pelo geógrafo Milton Santos baseado no conceito de “Formação Econômica-Social” de Karl Marx e refere-se à análise geográfica acerca do desenvolvimento de uma dada sociedade.

O campesinato antigo não se “diferencia” apenas: ele deixa de existir, se destrói, é inteiramente substituído por novos tipos de população rural, que constituem a base de uma sociedade dominada pela economia mercantil e pela produção capitalista. Esses novos tipos são a burguesia rural (sobretudo a pequena burguesia) e o proletariado rural – a classe dos produtores de mercadorias na agricultura e a classe dos operários agrícolas assalariados (destaques e acréscimos do autor).

Lenin (1985) entendia que, naquele curso da história em que viveu, a força capitalista atingiria níveis tão fortes que os “camponeses pobres” teriam suas terras expropriadas. Mediante ao possível ocorrido, os camponeses precisariam se lançar no mercado de trabalho, vendendo sua força de trabalho e se tornando trabalhadores assalariados e precarizados.

Já os estudos de Kautsky (1980) focaram na ideia de analisar a relação da agricultura alemã com a indústria, na possibilidade de fusão desses 2 (dois) setores. Essa fusão viria a favorecer as forças capitalistas no campo alemão, o que enfraqueceria a população camponesa. Segundo o entendimento de Kautsky (1980), mediante à expansão do capitalismo industrial, o processo de concorrência de mercados e de produção, se tornaria insustentável para os camponeses, na medida em que não conseguiriam competir quantitativamente com os capitalistas, visto que não possuíam nem condições financeiras, tampouco terra a mais para produzir.

No âmbito do debate acadêmico acerca dos estudos de Kautsky, observamos um embate de percepções. Autoras como Almeida e Paulino (2000) são contundentes em afirmar que as ideias de Kautsky (1980) inserem-se no grupo das teorias que preveem o desaparecimento da classe camponesa. Segundo as autoras, Kautsky, inspirado nas referências provenientes da teoria marxista, enfoca seu olhar no campo. A exemplo disso, Kautsky compreendia que somente haveria espaço para o antagonismo de 2 (duas) classes sociais: o proletariado urbano e a burguesia, cabendo ao primeiro o papel de guiar o processo revolucionário (ALMEIDA; PAULINO, 2000).

A “RECAMPESINIZAÇÃO” E A AGRICULTURA CAMPONESA

Entendemos que, a partir da ótica e da escala brasileira, as realidades se materializam de modo diferente do que compreendido por Lenin e Kautsky, já que a classe camponesa não desapareceu. Pelo contrário, organizou e mobilizou elementos para seu processo de recampesinização. Assim, Silva (2019, p. 44) observa que “Kautsky e Lenin não conseguiram perceber que no próprio sistema capitalista moderno, o camponês, de forma contraditória, contribui para a reprodução do capital e, mesmo de forma subordinada às relações capitalistas, ele se reproduz”.

Há uma série de pesquisadores da ‘Questão Agrária’ que defendem a ideia de que, ao contrário do que Lenin e Kautsky acreditavam, o campesinato passaria por processos de recriação e resistiria ao avanço do capitalismo. Dentre aqueles que desenvolverem pensamentos sistematizados acerca da ideia, estão Chayanov (1985) e Shanin (2005).

Após seu estudo no contexto da Rússia, Chayanov (1974) compreendeu que as relações camponesas não estavam absolutamente submetidas às leis capitalistas de produção:

A inexistência de salário e o fato de a família, além do capital, ser a força de trabalho no processo produtivo (capital e trabalho não se separam, logo os ganhos são únicos e indivisíveis), criam um esquema de circulação de capital de bem específica. [...] Por outro lado, o esquema de divisão da receita bruta não é mecânico, pois ele obedece a um processo de tomada de decisão, fruto de uma avaliação subjetiva em que a ausência de salário impede objetivamente a família de recorrer a cálculos (ALMEIDA; PAULINO, 2010, p. 114) (acréscimos das autoras).

Chayanov (1974) centrou sua análise na realidade do que o próprio denomina de “força de trabalho familiar”, sendo o elemento ‘família’ muito importante para sua análise. Somente se trataria de unidade camponesa, se houvesse o componente familiar envolvido, além da ausência do trabalho assalariado, utilização da pequena propriedade e utilização dos meios de produção dos familiares. Outro elemento importante para o autor era o de utilizar de modo racional a mão-de-obra disponível no interior da família (ALMEIDA; PAULINO, 2000).

Levando em consideração o tripé de análise (família, terra e trabalho), Chayanov considerava que a produção camponesa se adaptaria às condições de superexploração capitalista e que mesmo diante das dificuldades encontradas, o equilíbrio entre trabalho e consumo seria logrado. O balanço entre trabalhadores e consumidores em um contexto de agricultura familiar camponesa se fazia essencial (ALMEIDA; PAULINO, 2000; CORREIA, 2011).

A ideia de Chayanov (1974) era ter o elemento de balanço trabalho-consumo como fundamental na reprodução camponesa. Dedicou-se a entender os critérios que levaram Lenin (1985) a defender a ideia da diferenciação camponesa, porém avança na discussão ao afirmar que esse processo não implica, necessariamente, na descampesinização, tampouco na proletarianização ou transformação em pequenos burgueses, e que na verdade, a diferenciação é uma estratégia de manutenção da condição de camponês (ALMEIDA; PAULINO, 2010).

Para a recriação do campesinato acontecer, Chayanov (1974) defende a seguinte ideia:

Mediante el estudio detenido de la explotación campesina actual tal cual es, hemos estudiado principalmente el material a partir del cual, nuestra opinión deberá evolucionar históricamente el nuevo agro en la próxima década, habiendo convertido, por medio de cooperativas, una considerable parte de su economía en formas de producción socialmente organizadas. Deberá ser un campo industrializado en todas

las esferas del proceso técnico, mecanizado y electrificado; un campo que ha aprovechado todos los logros de la ciencia y la tecnología agrícola.⁶

Assim, para o autor, a criação e implementação das chamadas cooperativas aparecem como uma alternativa para o futuro do campesinato. Além disso, a unidade campesina necessita conter o componente familiar inserido e em cenários de grande avanço capitalista, a sobrevivência se dá a partir da organização da agroindústria (cooperativas) (CHAYANOV, 1974; CORREIA, 2011).

Para além disso, Chayanov (1974) acreditava que, para desenvolver-se perante a sociedade, o campesinato precisaria basear-se nos preceitos de uma cooperativa de produção baseadas em um avanço técnico por meio da ciência existente e da tecnologia agrícola. Santos (2004) nos lembra que a relação entre sociedade e natureza se dá por meio da técnica, sendo esta imprescindível para o estabelecimento e desenvolvimento da vida humana no espaço geográfico. Ademais, Santos (2004) defende a ideia de que a técnica é parte do território e, mais do que isso, é instrumento de transformação do espaço.

O geógrafo André Fel (1978) disserta que os objetos técnicos presentes no espaço possuem como objetivo proporcionar melhorias de vida à sociedade. Acerca disso, é possível compreender que, no contexto camponês, a técnica desempenha papel importante para o avanço das cooperativas e da produção de alimentos provenientes da agricultura camponesa.

No Brasil, as escolas do campo possuem papel de importância no desenvolvimento de conhecimentos e técnicas sobre a terra e a produção de alimentos. Dessa forma, a Educação do Campo dos (as) trabalhadores (as) camponeses (as) está atenta e de acordo com os preceitos para a recriação do campesinato.

Já Teodor Shanin (1983), um estudioso das obras de Chayanov (1974), avança nas discussões acerca do campesinato e suas perspectivas. Apesar de ter dedicado grande parte de sua vida a estudar a realidade campesina na Rússia, também realizou estudos sobre o território brasileiro.

Para Shanin (2005), no Brasil é possível perceber que ainda está em desenvolvimento o processo de criação do campesinato, para além da recriação, uma vez que há presença de “[...] pessoas que não são camponeses ou pessoas que são “sem-terra” recebem terra por meio de

⁶ Tradução livre para o Português (PT-BR): “Mediante o estudo detido da exploração campesina atual tal como ela é, temos estudado principalmente o material a partir do qual, nossa opinião deverá evolucionar historicamente o novo agro da próxima década, havendo se convertido, por meio das cooperativas, uma considerável parte da sua economia em formas de produção socialmente organizadas. Deverá ser um campo industrializado em todas as esferas do processo técnico, mecanizado e eletrificado; um campo que terá aproveitado todos os feitos da ciência e da tecnologia aplicada” (Tradução por Brendon Bessa Lima).

políticas de redistribuição fundiária. Há também, então, o processo de criação e recriação do campesinato” (p. 24).

Compreendemos que há no Brasil um processo pouco usual em comparação aos países do centro capitalista, em que há um quantitativo de pessoas que se tornam camponeses ao obter terras via políticas públicas e a partir da inserção aos movimentos socioterritoriais camponeses.

Shanin (2005, p. 25-26) entende que o campesinato tem se mostrado muito forte. Para o autor, algumas características explicam essa posição:

A flexibilidade de adaptação, o objetivo de reproduzir o seu modo de vida e não o de acumulação, o apoio e a ajuda mútua encontrados nas famílias e fora das famílias em comunidades camponesas, bem como a multiplicidade de soluções encontradas para o problema de como ganhar a vida são qualidades encontradas em todos os camponeses que sobrevivem às crises. E, no centro dessas particularidades camponesas, está a natureza da economia familiar.

Compreendemos essa situação como uma fundamentação relacionada aos camponeses em reproduzir-se mesmo diante da ofensiva capitalista. No Brasil o MST atua, a partir da formação dos setores de organização e desenvolvimento voltados à defesa e construção de demandas dos próprios assentados (as). Segundo Maria de Jesus (2023), dirigente do Setor de Educação do MST no Ceará, o movimento possui sua organicidade a partir das seguintes bases:

O primeiro setor do movimento criado foi o setor de Frente de Massa, que começou a organizar os acampamentos, as lutas pela terra. O segundo setor foi a formação política, né. E junto com a formação veio porque o movimento é organizado por famílias. Então no MST não participa só a mulher, participa a mulher, o homem, as crianças, os idosos. [...] Então a educação foi uma reivindicação dos pais e mães que participam do MST com suas crianças, com suas necessidades pelo direito à educação. [...] Hoje o movimento ele tem 12 setores, né? Então, eu já falei de três, né? Frente de Massa, é Formação Política e Educação. Mas nós temos o Setor de Produção que organiza as cooperativas e as associações. [...] Nós temos o setor de Direitos Humanos, que faz a defesa, principalmente dos companheiros que são perseguidos, que são assassinados, que são no sentido de fazer os processos à defesa jurídica, né, do nosso movimento, mas também contra a criminalização. Nós temos o Setor de Finanças que organiza o autossustento do Movimento. Nós temos o Setor de Relações Públicas, que faz a ponte do MST com a sociedade. Nós temos o Setor de Relações Internacionais que organiza a participação do movimento na relação com a sociedade internacional e principalmente com os camponeses internacionalmente. [...] Comunicação, setor de comunicação, nós temos o Jornal Sem Terra, que é um dos jornais mais antigos da classe trabalhadora camponesa [...] Nós temos também o setor de Gênero, que trabalha toda essa questão aí da superação do patriarcado né, nos nossos territórios. [...] O coletivo LGBT né, que trabalha toda essa questão contra a homofobia, mas principalmente reconhecer os sujeitos nessa luta. [...] Olha, na pandemia, nos nossos territórios, o Movimento com outras organizações criou os Agentes Populares de Saúde. Olha, foi assim, um trabalho tão lindo, era o povo cuidando do povo. Nós tivemos território nosso que a *Covid* não chegou, por conta de um trabalho de prevenção e de saúde, feito pelo Setor de Saúde, foi um dos setores muito importante. O número de pessoas que morreram na *Covid* no nosso território foi um número bem pequeno devido a esse trabalho de prevenção, né (Entrevista realizada por Brendon Bessa Lima e Paola Santos da Paz, com Maria de Jesus, em 13/02/2023, no Setor de Educação do MST Ceará).

É interessante observar que a fala da dirigente Maria de Jesus (2023) vai em congruência com que Shanin (2005) afirma: A existência e manutenção dos chamados setores do MST, junto aos coletivos que o compõem, possui importância para a resistência camponesa brasileira. No período da pandemia da *covid-19*⁷, muitos camponeses poderiam ter vindo a falecer, caso não existisse a organização do Setor de Saúde do MST. Diante desses fatos, concebemos a importância do campesinato organizado nos movimentos socioterritoriais. Shanin (2005, p. 09) desenvolve a ideia de que

[...] sob certas condições, os camponeses não se dissolvem, nem se diferenciam em empresários capitalistas e trabalhadores assalariados, e tampouco são simplesmente pauperizados. Eles persistem, ao mesmo tempo em que se transformam e se vinculam gradualmente à economia capitalista circundante, que *pervade* suas vidas. Os camponeses continuam a existir, correspondendo a unidades agrícolas diferentes em estrutura e tamanho, do clássico estabelecimento rural familiar camponês, em maneiras já parcialmente exploradas por Kautsky. Os camponeses são marginalizados, a importância da agricultura camponesa dentro da economia nacional diminui, o crescimento mais lento de sua produção torna-a atrasada. O mesmo pode estar acontecendo com a posição dos camponeses dentro da “nação”. Eles servem ao desenvolvimento capitalista em um sentido menos direto, um tipo de “acumulação primitiva” permanente, oferecendo mão-de-obra barata, alimentação barata e mercados para bens que geram lucros. [...] E, obviamente, eles, isto é, os camponeses, dão trabalho e problemas para os estudiosos e funcionários, que quebram a cabeça em torno “da questão do seu não- desaparecimento” (destaques do autor).

Durante essa passagem, o autor apresenta a sua concepção a respeito de sua posição teórico-política acerca da conceituação de camponês ao afirmar a essência camponesa enquanto classe social que não desapareceu, mas recriou-se perante às mudanças socioespaciais. Além disso, o autor avança na discussão ao citar o papel da classe defronte à hegemonia do sistema capitalista.

A reprodução camponesa, enquanto classe, ocorre no interior do sistema capitalista, a partir de formas não-capitalistas de produção agrícola (OLIVEIRA, 2002). Entendemos que esse processo se dá pelas próprias características estratégicas do capitalismo, tendo elementos contraditórios e combinados no seu interior. Acerca disso, Thomaz Júnior (2008, p. 279) afirma que

[...] é por meio das contradições imanentes ao metabolismo do capital que devemos entender a existência camponesa. É também sob esse referencial que devemos sintonizar que, ao mesmo tempo em que reprodução/recriação do campesinato é uma possibilidade historicamente presente, aceita/negada e subordinada pelo próprio capitalismo, que é, portanto, uma realidade de dentro do modo de produção capitalista e vinculada à produção de mercadorias, por outro lado se garante essencialmente pela luta e pela resistência. A luta e a resistência à proletarianização, ao

⁷ Segundo o Ministério da Saúde do Brasil, a *Covid-19* é uma infecção respiratória aguda causada pelo vírus SARS-CoV-2, é potencialmente grave, possui elevada transmissibilidade e caráter de distribuição global. Em março de 2020 foi considerada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) uma pandemia, já que era possível observar casos em todos os continentes. Em 2023, a *Covid-19* deixou de ter caráter grave e urgente, passando a serem observados somente casos isolados de infecção.

pagamento/transferência de renda da terra, e que se materializam territorialmente na permanência e no acesso à terra, é o que nos mantém atentos à compreensão da dinâmica geográfica dos movimentos sociais que estão envolvidos diretamente nesse particular.

Shanin (2005, p. 8-9) explica que “é indubitável a capacidade dos centros capitalistas de explorar todos e tudo à sua volta; mas sua capacidade ou sua necessidade (em termos de maximização dos lucros) de transformar tudo ao redor à sua semelhança não o é (acréscimos do autor)”. Assim, compreendemos a recampesinização mediante à resistência camponesa.

O não desaparecimento da classe camponesa é uma realidade objetiva. Para Paulino e Almeida (2000), a classe camponesa persiste na realidade e desenvolve situações de conquistas políticas e sociais, tomando como exemplo os feitos nas revoluções mexicana, russa, chinesa, vietnamita, argelina e cubana, no século passado, em que a participação camponesa foi essencial.

Portanto, teóricos como Chayanov (1974) e Shanin (2005) possuem escritos e ideias que coadunam de maneira qualitativa com a situação dos (as) camponeses (as). Para eles, durante o curso da história, a classe campesina passaria pelo processo de recriação (ou recriações, no plural, pensando no processo contínuo e fluido). Ou seja, ao contrário do que Lenin e Kautsky acreditavam, os camponeses não iriam “desaparecer”, mas construir estratégias para que sua existência ainda fosse uma realidade através, principalmente da resistência camponesa.

Um exemplo de resistência camponesa no Brasil é a existência do MST no território brasileiro, fazendo frente ao agronegócio e em defesa da reforma agrária popular. A partir do movimento, há a gênese de uma Educação para as juventudes que vivem no campo, em especial, nos territórios de reforma agrária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta desse trabalho foi dialogar e refletir sobre a questão agrária no debate da agricultura camponesa, fazendo articulações com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e com a Educação do Campo em vigência no território cearense.

Diante disso, foi possível compreender a importância de os (as) camponeses estarem organizados em movimentos socioterritoriais como o MST, de forma a desempenhar uma luta conjunta e contínua em busca de melhorias na vida camponesa brasileira. Resultado dessas lutas históricas, a Educação do Campo pode ser entendida como um instrumento da resistência camponesa nos territórios de Reforma Agrária.

Além disso, se trata de uma Educação que está vinculada à realidade camponesa e comprometida com o futuro das juventudes presentes no campo. A partir de uma realidade



educacional, vinculada aos ideais políticos do MST, é possível pensar em um futuro cada vez mais promissor para o movimento e para a classe trabalhadora camponesa.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida. PAULINO, Eliane Tomiasi. Fundamentos teóricos para o entendimento da questão agrária: breves considerações. **Geografia**, Londrina, v. 9, n. 2, p. 113-127, jul./dez. 2000. Disponível em:

http://www.uel.br/laboratorios/latec/arquivos/artigos_eliane/27.%20fundamentos%20teoricos%20para%20o%20entendimento%20da%20questao%20agraria.pdf. Acesso em: 10 jan. 2023.

CHAYANOV, Alexander. **La organización de la Unidad Económica Campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

CORREIA, Silvana Cristina Costa. **Resistência e formas de (re)criação camponesa no semiárido paraibano**. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.

FEL, André. **La géographie et les techniques**. In: GILLE, Bertrand (org). Histoire des Techniques. Paris: Encyclopedie de la Pléiade, 1978.

KAUSTSKY, Karl. **A questão agrária**. Tradução de C. Iperoig. 3ª ed. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

LENIN, Vladimir. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. Tradução de José Paulo Netto. 2ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. O campo brasileiro no final dos anos 80. In: STEDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária hoje**. 2ª. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2002

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. 4ª ed. São Paulo: Edusp, 2004.

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista NERA**, Presidente Prudente, n. 7, p. 1-21, jul./dez., 2005.

SHANIN, Teodor. **La classe incómoda: sociologia política del campesinato em uma sociedade em desarrollo (Russia 1910-1925)**. Madrid: Alianza Editorial, 1983.

SILVA, Jesiel Souza. Breve revisitação ao conceito de campesinato no Brasil. **Revista NERA**, v. 22, n. 50, p. 40-63, 2019.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. A classe trabalhadora no Brasil e os limites da teoria – qual o lugar do campesinato e do proletariado? In: FERNANDES, B. M (org.). **Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual**. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 275-302.

VELHO, Otávio Guilherme. **Capitalismo autoritário e campesinato: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.